

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

IMED, Escola Politécnica, Curso de Arquitetura e Urbanismo

Passo Fundo – RS

Mariana Mattei Santos

IMED, Escola Politécnica, Curso de Arquitetura e Urbanismo

Passo Fundo – RS

RESUMO: A presente pesquisa tem como intenção demonstrar que muitas edificações de grande valor arquitetônico e/ou histórico localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, correm o risco de serem demolidas ou descaracterizadas. Muito embora, existam órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio arquitetônico e cultural no Estado desde o ano de 1954, além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) contar, no ano de 2017, com 153 bens tombados. Os principais fatores que levam a esta desvalorização dos bens históricos podem ser: 1 – as políticas de proteção são limitadas pela escassez de recursos financeiros; 2 – a ausência de uma educação patrimonial eficaz acarreta na falta de comprometimento da maioria da população no que se refere à preservação de seu próprio patrimônio; e 3 – a especulação imobiliária, pois, geralmente, estas edificações localizam-se em terrenos que custam altas cifras, aguçando a

cobiça de corretores e proprietários. O objetivo do trabalho, portanto, é investigar ocorrências no planalto sul-rio-grandense de edificações em situação de risco por descaracterização ou demolição, devido a outros interesses que não o de preservar o patrimônio. A metodologia utilizada deu-se por meio de visitas *in loco* e de pesquisa bibliográfica, através das quais foram levantados os casos estudados, bem como as possíveis causas de seu abandono. O desenvolvimento deste trabalho possibilitou a verificação da existência de vários prédios que ainda poderiam ser restaurados e salvaguardados, de modo a conservar a memória edificada por meio dos elementos que caracterizam a identidade de cada povo.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Patrimônio Edificado; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: The investigations have been more rigorous regarding the high buildings of great architectural value and / or history of events in Brazil, in danger of being demolished or decharacterized. Although there are groups controlled by the defense of the architectural and cultural patrimony in the State since 1954, in addition to the Historical and Artistic Heritage Institute of the State (IPHAE), in the year 2017, there are 153 properties listed. The main factors that lead to this devaluation of historical assets may be: 1 – as protection policies are limited

by the scarcity of financial resources; 2 – the absence of an effective patrimonial education in the lack of commitment of the majority of the people; and 3 – real estate speculation, since, in general, it is a systems localization system that meets the high cipher rates, leading to a covertousness of brokers and owners. The work, therefore, is to investigate occurrences in the south-great plateau of buildings in situations of risk by decharacterization or demolition, due to order interests that do not preserve the patrimony. The methodology used was the means of on-site visits and bibliographic research, through which the cases studied were surveyed, as the causes of their abandonment. In order to preserve the memory built up by means of the elements that characterize the identity of each people, they are safeguarded.

KEYWORDS: Preservation; Building Patrimony; Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

Pode-se definir patrimônio cultural e histórico como o conjunto de manifestações oriundas de uma sociedade ao longo do tempo em um determinado local. O mesmo é configurado por diversos aspectos: como as edificações e as artes, mas também os saberes, os modos de viver e as celebrações. São, desde modo, a própria identidade de cada espaço, tornando-se referência simbólica de seus ocupantes.

Segundo Choay (2001), “Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, é tido como categoria exemplar aquele que se relaciona diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações”.

Portanto, a perpetuação das marcas da histórica ao longo do tempo por meio da preservação do patrimônio edificado, garante a diversidade cultural e a manutenção da memória e, assim, atribui valor à sociedade que a construiu.

Assim, de acordo com Figueiredo (2015), “O prédio, segundo esta ótica, não é simplesmente algo passivo, não serve somente para refletir uma sociedade, mas é um objeto social carregado de valor e sentido. Ele é um elemento ativo na formação das pessoas, pois representa o pensamento humano numa forma mais palpável.”

No mundo, as primeiras manifestações legais a favor da preservação do patrimônio cultural e histórico se deram no início do século XIX, após as destruições oriundas da Revolução Francesa, a fim de restaurar monumentos e edifícios. No Brasil, atualmente, tem-se respaldo jurídico no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e também na Constituição Federal, embora existam considerações importantes em convenções, tratados e cartas internacionais.

No entanto, muitas edificações com valor histórico e cultural se encontram ameaçadas ou em risco de desaparecimento por razões relacionadas a conflitos políticos, étnicos e religiosos, por negligência, expansão dos centros urbanos, falta de recursos financeiros e, até mesmo, pelo turismo de massa e descomprometido.

Para introduzir o tema proposto, é preciso um entendimento inicial acerca da

percepção que as pessoas envolvidas no processo de reconhecimento e/ou tombamento dos bens de valor histórico-cultural tem sobre os mesmos. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer as razões que motivam ou não uma comunidade a conservar seu patrimônio edificado, inquirir que tipo de sentimento é suscitado pela presença dele, como esses valores são transmitidos de uma geração para outra e de que maneira essas ações estabelecem uma relação de pertencimento de um indivíduo com um lugar que, na maioria das vezes é constituído por decisões arbitrárias e sustentado por um imaginário coletivo.

No que se refere às motivações para o descaso com relação ao patrimônio histórico e cultural, pode-se iniciar fazendo os seguintes questionamentos: a quem, de fato, pertencem estes bens de valor estético, artístico, histórico e/ou turístico? quem se reconhece ou reconhece as estátuas e bustos colocados em largos e praças das cidades? a história contada pelas antigas edificações é conhecida pela sociedade a qual pertence? estas informações são de livre acesso?

De um modo geral, a população não tem conhecimento sobre a importância do patrimônio histórico e cultural, o qual tem sido alvo de diversas abordagens negativas: aumento de processos de destruição e abandono, colapso de edificações antigas, além de descaracterização pela utilização inadequada.

O processo de depredação de edificações históricas passa por essas questões, além, é claro, dos obstáculos oriundos da inviabilização financeira, desinteresse de governantes e da iniciativa privada, carência de políticas públicas preservacionistas, especulação imobiliária e privação de estímulo à educação patrimonial, configurando uma longa senda que contribui para dificultar a manutenção desses bens.

Também pode-se associar os termos 'depredação do patrimônio edificado' e 'vandalismo'. Mas, vinculado a isto, deve-se pensar nas motivações destas edificações históricas, muitas vezes, localizadas em áreas valorizadas comercialmente, estarem à venda, totalmente abandonadas, degradando-se a cada intempérie: o objetivo unicamente econômico através retorno financeiro da venda dos terrenos que custam altas cifras.

A formação de uma correspondência social, com significados que são próprios de um determinado grupo, muitas vezes determinam o estado ou não da satisfação com seu próprio valor. É nesse momento que, muitas vezes, os valores assimilados pelo grupo se constituem de maneira equivocada, contribuindo para ausência de estima pelos objetos de memória que compõem esse imaginário. Sendo assim, algumas edificações podem ser objeto de uma representação atribuída como algo pejorativo, ao invés de despertar orgulho, motivando, assim, a falta de cuidado com um bem que, do contrário, poderia simbolizar conquista, esforço, virtude e que é parte importante da história do processo de construção de uma sociedade.

Por outro lado, existe também uma identidade construída de maneira arbitrária por parte de grupos eleitos como capazes de dar e escolher significados para a sua comunidade. Nesses casos também existe um equívoco que pode provocar uma

generalização acerca dos constituintes do grupo, desconsiderando sujeitos importantes nesse processo e que, via de regra, não compõem as elites sociais do local e, portanto, ficam à margem da representatividade. Assim, pode-se esboçar uma análise sobre as comunidades a quem pertencem os três prédios estudados por este trabalho e entender como essas edificações chegaram no estágio em que se encontram atualmente, o qual evidencia a carência de informação e debate sobre a importância do patrimônio para a construção da identidade de cada local e sua população.

Dos três casos, o Moinho Zanette e a Casa Haunss apresentam cada um deles uma das situações elucidadas. Já o Hotel Liberal representa o grupo de edificações que, por se encontrarem em zonas urbanas altamente valorizadas e disputadas, acabam sendo descaracterizadas através de uma identidade visual comercialmente apelativa ou então correndo o risco de serem valorizadas apenas pelo seu terreno, acarretando em um futuro próximo, na sua demolição. São essas as principais razões que fazem com que esses três prédios do planalto sul-rio-grandense estejam arrolados com o título de patrimônio cultural edificado em risco.

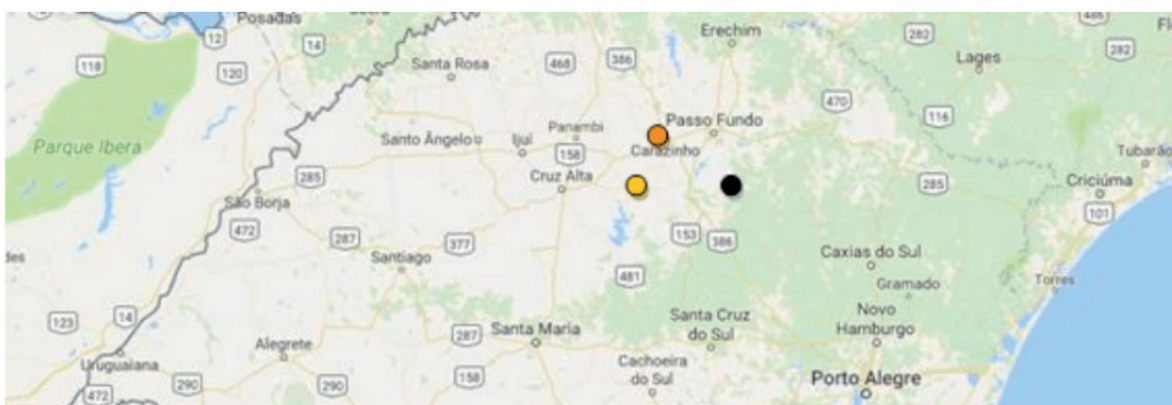


Figura 1 - Cidades de localização das edificações em estudo (● Nova Bassano; ● Carazinho; ● Selbach)

Fonte: Google Maps, modificado pelas autoras, 2017.

2 | ANTIGO MOINHO ZANETTI – MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO (RS)

A cidade de Nova Bassano teve como primeira denominação “Bassano Dell Grappa”, em homenagem aos imigrantes oriundos do norte da Itália, província de Vicenza. A povoação surgiu em 1891, em terras do Estado. Antes a região era habitada pelos índios coroados que, aos poucos, se afastaram do local. Os primeiros migrantes desbravadores eram todos italianos em grupos de 30 famílias, as quais receberam do Estado 10 hectares cada uma. Com o crescimento gradativo da sede do distrito que pertencia ao município de Nova Prata, a população passou a idealizar a emancipação política, a qual realizou-se em 1964.

O povoado Zanetti é pertencente à cidade de Nova Bassano e distante cerca de 20 Km de sua zona urbana. Neste, em 1950, foi edificado um primeiro moinho, depois incendiado, e depois, em local próximo, a edificação atual, denominada Moinho

Zanetti (fig. 2), localizada a 800 metros do Rio Carreiro. Havia quatro sócios, quais sejam: Ricieri Zanetti, Albina Pan, Antônio Pergoraro e Tranquilo Zanetti. Não haviam engenheiros e nem arquitetos; foi o empreiteiro local, Sr. Lírio Deito quem executou a obra, a qual durou 4 anos (1956-1960). Como principal material construtivo, foi empregado o cerne de pinheiros araucárias, oriundos do próprio local e cortados *in loco*. O moinho era movido à eletricidade, por meio de uma ‘hidrelétrica’ caseira, que também fornecia energia para todo o povoado.



Figura 2 – Antigo Moinho Zanetti, localizado em Nova Bassano

Fonte: Autoras, 2016.

Em 1962, foi construído um anexo ao lado, onde se localizava o depósito de soja e, também, o moinho de milho; mas a principal atividade era a moagem do trigo. As cargas de trigo vinham de Porto Alegre e, além de serem distribuídas para todo o Estado, também eram vendidas no próprio moinho. A mão de obra era, em sua maioria, familiar, com poucos funcionários.

No período final de seu funcionamento, os únicos sócios eram Jucelino Zanetti e Antônio Pergoraro que, após a morte do seu filho, acabou abandonando o moinho, e o mesmo veio à falência.

A obra possui relevância tanto histórica, pois ilustra fisicamente um período importante no início da formação do Estado do Rio Grande do Sul; quanto arquitetônica, derivada de sua tipologia característica da imigração italiana como: embasamento e porão em pedra, emprego da madeira sem qualquer revestimento e telhado de duas águas.

Apesar da falta de uso da edificação, observa-se que suas características permanecem conservadas e que, devido à qualidade da madeira empregada em sua

construção, a obra possui poucas patologias a serem tratadas. No entanto, devido às divergentes opiniões dos diversos herdeiros, os quais, muitas vezes, desconhecem o valor histórico, cultural e arquitetônico do bem, o mesmo permanece em total abandono.

3 | ANTIGO HOTEL LIBERAL – MUNICÍPIO DE CARAZINHO (RS)

Primeiramente, o espaço do Planalto Médio foi habitado por índios das tribos Tupi-Guarani, Jê e Kaingang; após, o território foi ocupado pela Companhia Jesuítica entre os anos de 1626 e 1637, havendo vários relatos da existência de uma redução jesuítica em São Carlos do Caapi, próximo do atual município de Carazinho. O município também serviu como localização estratégica para estacionar e invernar tropas, bem como para a criação de gado, assim atraindo a atenção de oficiais e milicianos subalternos.

Em 1835, nas divisas de várias fazendas, haviam alguns ranchos e bodegas. E, em 1878, foi criada a primeira capela e os lotes foram divididos aos primeiros moradores em um total de 18 famílias. Na passagem do século, Carazinho tinha 150 casas e, tanto essas quanto as ruas, eram iluminadas a querosene. No final do século XIX, o esgotamento de terras fez com que imigrantes italianos e alemães viessem residir no local. Em uma estimativa desde o início do século XX até 1937 é de que tenham vindo para o atual município mais de 152 famílias alemãs.

Carazinho se tornou município em 1931, conhecido na época como Barracão Liberal – ponto de informações sobre o desenvolvimento das revoluções pelo serviço telegráfico. Futuramente, no mesmo local foi edificada a Estação da Viação Férrea. A Rua do Comércio (atual Avenida Flores da Cunha) localizava-se próximo. E, em 1930, dava início a construção do Hotel Liberal.

O antigo Hotel Liberal (fig. 3) esteve em funcionamento até meados dos anos 1980; após a desativação da atividade hoteleira, uma parte da edificação foi utilizada para depósito de cimento. Nos anos de 1979 a 1982, no pavimento térreo, abrigou uma boate, depois foi transformado em lojas comerciais.



Figura 3 – Antigo Hotel Liberal, em Carazinho

Fonte: Autoras, 2017.

A parte superior possuía aproximadamente 42 quartos. Sob alegação de deterioração derivada de peso excessivo, a maioria das divisórias internas foram removidas. Atualmente, este pavimento permanece até hoje sem uso, com escoras e tirantes.

Toda a edificação foi construída a partir de cinza, argila e cal. Destaca-se que foi o primeiro prédio comercial a possuir instalações sanitárias no município de Carazinho.

O antigo Hotel Liberal está localizado na área central da cidade, em uma quadra composta basicamente por edificações com características do Movimento Art Déco, incluindo o antigo hotel. O Movimento Art Déco, embora tenha tido uma curta passagem no Brasil, foi de grande importância, devido ao fato de servir como transição do Historicismo para o Modernismo. Na edificação estudada, encontram-se características marcantes, como: elementos decorativos geometrizados, uma arquitetura mais simples, com poucos ornamentos, detalhes arredondados e, até mesmo, o nome do hotel está escrito com letras que remetem ao Movimento.

No entanto, apesar de sua importância no contexto gaúcho, como um exemplar da manifestação Art Déco no Estado, o mesmo não recebe a atenção devida no que se refere à restauração e usos adequados.

4 | CASA HAUNSS – MUNICÍPIO DE SELBACH (RS)

A povoação de Selbach começou em 1905, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães. Em 1929, a ordem religiosa das Irmãs de Notre Dame se instalou na vila, formando os primeiros centros de educação e saúde existentes.

A casa de Benedicto Haunss foi concluída em 1931; nesta época, a Vila de Coronel

Selbach era distrito de Passo Fundo e não há dados precisos sobre sua ocupação. Contudo, imagens antigas revelam que praticamente a totalidade da população era rural, sendo a área urbana muito pouco povoada: naquele período, a residência da família Haunss era uma das poucas edificações, contando ainda com a Igreja São Tiago em frente à praça João XXIII e o Hospital São Jacob.

A primeira estimativa populacional da vila feita no início dos anos 1960, indicou que havia cerca de 7.500 habitantes; destes, quase 90% moravam na zona rural.

Em 22 de setembro de 1965, era criado o município de Selbach. Nesta época, o governo militar estimulava a ida de trabalhadores rurais do sul do país para o centro-oeste, com isso a população de Selbach diminuiu consideravelmente. No primeiro censo realizado em Selbach, como município, em 1976, havia 4.173 habitantes sendo que, destes, apenas 969 viviam na zona urbana.

A edificação em estudo: casa de Benedicto Haunss, foi construída no período compreendido entre 1929 e 1931, estando localizada na rua XV de Novembro, esquina com a rua Machado de Assis, no centro de Selbach – RS. Na cidade natal do proprietário – Emmendingen, no estado de Baden-Württemberg, Alemanha – havia um castelo com características renascentistas e aspectos vitorianos do século XIX, fato que pode explicar os mesmos caracteres presentes na edificação de Selbach. Este tipo de edificação, sendo originária de imigrantes alemães, é bastante incomum, pois em sua maioria edificavam com estrutura de madeira aparente, técnica denominada de enxaimel.



Figura 4 – Antiga Casa Haunss, em Selbach

Fonte: Autoras, 2014.

Nas poucas reformas que ocorreram, a alteração mais significativa foi a instalação de um sanitário interno à residência. Atualmente, a edificação tem como uso a Biblioteca Municipal e, também, em seu pavimento superior, abriga algumas

peças históricas da cidade.

Apesar de ser tombada a nível municipal e de sua relevante importância histórica para o município e região, a edificação possui muitas patologias, principalmente em seu envoltório externo, carecendo de um projeto de restauro que vise preservar e valorizar a mesma, sendo também oportuno um programa de educação patrimonial entre os munícipes.

5 | EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Um meio realmente eficaz para que se concretize de maneira integral o ideal da preservação, seja talvez o menos imediato e o mais trabalhoso. A educação patrimonial é um instrumento de mediação para que os indivíduos interajam com o meio em que vivem e, também, para incitar e fundamentar organizações comunitárias, que aproximam o cidadão da vida pública de sua cidade, de sua região, consolidando a prática do exercício da democracia participativa. Para isso é fundamental que a população entenda sua relação com o patrimônio existente em seu ambiente de vivência e o perceba como algo pertencente a ela. Para Maria de Lourdes P. Horta:

O trabalho da educação patrimonial é o de possibilitar a investigação das relações e das emoções humanas cristalizadas ou vivas nos bens culturais, e de ensinar às pessoas a aprender como fazer o mesmo. Pelo questionamento ativo dessas evidências podemos conhecer melhor as relações do homem com seu meio ambiente e com os seus semelhantes, as relações entre o cultural e o natural, a interação entre os indivíduos e os seus locais e circunstâncias de vida. O passado, assim desmistificado, ilumina, de maneira positiva ou às vezes cruel (HORTA, 2011).

Sobre essa questão, sabe-se que o processo de conscientização da sociedade para a importância da preservação do bem público é, em regra geral, demasiadamente lento, levando-se em conta sua subjetividade. Ainda assim, para viabilizar a introdução da cultura de valorização do bem de importância histórica é fundamental que seu encaminhamento tenha como ponto de partida os bancos escolares, onde se constata, também, que as ideias são pulverizadas para dentro das casas, para as famílias e seu meio social, instituindo-se de forma didática e emocional, evitando imposições educacionais ortodoxas. Da mesma forma que tem se conseguido imprimir a consciência ecológica e preservação do meio-ambiente, onde os resultados, embora pareçam acanhados, já são, de fato, significativos, também é possível se concretizar em outras realidades relevantes ao processo formador do cidadão.

Sobre a temática do processo de transmissão da cultura, Machado (2011, p.240) comenta que se idealiza “cultura como prática educativa” para tomar como referência o processo em que os indivíduos interagem com diferentes grupos sociais, em lugares e tempos distintos e, na gênese desse processo se transmite aos componentes mais jovens os “elementos culturais” de seus grupos sociais, inclusive com o objetivo de

conservá-la passando-a as gerações futuras.

A educação patrimonial deve ser incentivada pelo Estado e aliados a este recurso devem estar os códigos de posturas municipais, formalizados pelo plano diretor de desenvolvimento. É de fundamental importância que a sociedade participe dessas decisões, que segundo Santin (2007) se desenvolve a partir da união das forças da sociedade civil e do Estado, compartilhando as decisões de seus problemas, podendo ser concretizado em um primeiro momento, através da participação na elaboração dos planos diretores municipais que, conforme Ribeiro e Cardoso,

[...] a promoção da participação das entidades de representação das camadas populares na elaboração dos planos diretores pode ser não apenas um instrumento de pressão para que expressem seus interesses, mas também um importante momento de construção desse projeto (2003, p. 107, 108).

Essa também é uma forma de manifestação da democracia, que não faz parte do hábito do cidadão brasileiro, de modo geral, mas que, além de direto é um dever. Através dessa lei municipal, amparada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade - Lei federal nº 10.257 de julho de 2001 - é possível traçar diretrizes que, podem não garantir práticas em prol do patrimônio cultural, mas o salvaguardam, caso a população às reivindiquem.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da motivação que leva uma edificação a permanecer além do tempo para o qual ela foi concebida, tendo suas funções, seus usuários e observadores transformados e ganhando novos significados, o fundamental é que fiquem seus registros, para que ela, assim como um álbum, seja capaz de contar uma história que represente a todos os indivíduos de uma comunidade. Ainda que se trate de propriedade privada ou pública, os bens culturais edificados compõem os cenários que fazem parte da vida de todos os munícipes.

Em todos os casos analisados, é possível constatar que a principal causa para o abandono ou desinteresse em manter as edificações o mais próximo possível de suas conformações originais é a desinformação aliada à sobreposição do valor imobiliário ao dos significados histórico-culturais. Lamentavelmente, no Brasil, não considerar o custo da preservação patrimonial é ignorar que existem temas ainda mais sérios que também não dispõem da devida atenção. Contudo, existem maneiras de atuar nessa área sem que, para isso, seja necessário transformar a conservação em um comércio que só é viável quando pode-se tirar alguma vantagem. Nesse caso, é preciso um alinhamento ideário de todos os setores da sociedade, com interesse na busca por informação, esclarecimento e proposições, com atuação do poder local através da sociedade civil organizada, desvinculando esse tema da arbitrariedade administrativa.

O exemplo dessas cidades se repete por várias outras pelo Brasil, não é exclusividade de municípios de pequeno porte. A própria história do país justifica essa postura por parte da sua população impedindo assim a expressão de uma posição muito crítica proveniente de profissionais que atuam na causa da preservação do patrimônio. O país, por ter uma história ainda jovem, está amanhecendo para a importância do seu passado no mesmo momento em que tenta resolver problemas que o acompanham desde sua colonização. Em cidades onde o legado material não foi tão fecundo, fica ainda mais difícil esta descoberta. Com a cultura da valorização do patrimônio elitizado, a identificação da sociedade com seu meio se torna impraticável. Contudo, uma mobilização em prol da educação patrimonial pode reverter este ciclo, como já é possível observar exemplos, valorizando a produção e a cultura popular.

Luis Alberto Warat comenta que tanto as ações como a vida estão indiciadas por alterações nos paradigmas, que a sociedade está cada vez mais absorvida em um momento em que reclama a convergência da “organização dos sentidos” e das realidades em que vive (2004, p. 529). Isso sugere que não se pode mais estabelecer temáticas separadamente, como o próprio nome diz, o plano é de desenvolvimento integrado e não mais estritamente urbano, ele envolve outros aspectos das relações sociais. Assim como é impossível ignorar o passado “findado” porque para dar continuidade as ações do presente, precisamos com certa frequência recorrer a ele.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. – 3ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.
- FIGUEIREDO, Lauro César. **Paisagens e construção de cidades a partir da imigração do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.182/5619>>. Acesso em: Abril de 2017.
- HAUNSS, Inácio. Morador de Selbach e descendente do proprietário da Casa Haunss. **Informação Oral**. Março de 2014.
- HORTA, Maria de Lourdes P. **Educação patrimonial**. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- MACHADO, Ironita Policarpo. **Patrimônio, história, cultura e educação**. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- Prefeitura Municipal de Nova Bassano**. Disponível em: <<http://www.novabassano.rs.gov.br>>. Acesso em: Julho de 2016.
- SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática**

municipal. Estudos Jurídicos. 40(2):78-78, julho-dezembro, 2007. Unisinos, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VARGAS, Álvaro Rocha. **Do Caapi ao Carazinho: notas sobre trezentos anos de história: 1631 – 1931.** Carazinho: Empresa Gráfica Carazinhense, 1980. 121p.

WARAT, Luis Alberto. **Território desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da subjetividade.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ZANETTE, Liria. Moradora do Povoado Zanette. **Informação Oral.** Julho de 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

